

Proposta antecipa em cinco anos meta de reduzir 43% da emissão de gases de efeito estufa

O Projeto de Lei 1539/2021 foi aprovado no Senado e agora será analisado pela Câmara dos Deputados



O plano de redução de gases de efeito estufa (GEE) em 43% foi antecipado em cinco anos de 2030 para 2025. A proposta faz parte do Projeto de Lei 1539/2021 aprovado pelo Senado Federal nessa quarta-feira (20) e que agora segue para análise da Câmara dos Deputados.

Entre os objetivos da proposta está sinalizar à União Europeia o compromisso do Brasil de cumprir as metas climáticas, além de preservar o meio ambiente. Para a autora do PL, a senadora Kátia Abreu (PP-TO), cinco anos é tempo suficiente para o Brasil atender a esse compromisso.

'Porque todos os outros países do mundo, para reduzir 50% até 2030, vão ter que fazer um esforço e um sacrifício sobre-humano. Ainda fico pensando se irão alcançar. Não porque não queiram, mas eles têm que mudar a matriz energética. Eles usam a matriz suja. Não precisamos de 10 anos para reduzir e acabar com o desmatamento ilegal', afirma.

De acordo com o Instituto de Economia Ecológica (IEE), o Brasil está entre os dez países que mais reduzem CO₂ (óxido de carbono de gás carbônico) no mundo. No entanto, o país responde por quase 70% do consumo de energia elétrica, segundo dados do relatório anual de emissões, produzido pelo governo, para o compromisso com o combate às mudanças climáticas.

No planejamento e na implementação de ações de redução de emissões, o Brasil deve seguir as diretrizes do Plano de Ação para a Transição Energética (PATE), aprovado em 2015, e o Plano de Energia 2030, aprovado em 2016, que prevê a redução de 43% das emissões de CO₂ até 2030, em relação ao nível de 2014.

Isso inclui, entre outros, a redução de emissões de gases de efeito estufa.

Para cumprir esse objetivo, o Brasil deve reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% até 2030, em relação ao nível de 2014.

Os dados sobre as emissões de gases de efeito estufa do Brasil são divulgados anualmente pelo Instituto de Economia Ecológica (IEE), órgão responsável por coletar e analisar os dados das emissões de gases de efeito estufa do Brasil, e o relatório anual de emissões.

Segundo o Instituto de Economia Ecológica (IEE), o Brasil está entre os dez países que mais reduzem CO₂ (óxido de carbono de gás carbônico) no mundo. No entanto, o país responde por quase 70% do consumo de energia elétrica, segundo dados do relatório anual de emissões, produzido pelo governo, para o compromisso com o combate às mudanças climáticas.

'Porque todos os outros países do mundo, para reduzir 50% até 2030, vão ter que fazer um esforço e um sacrifício sobre-humano. Ainda fico pensando se irão alcançar. Não porque não queiram, mas eles têm que mudar a matriz energética. Eles usam a matriz suja. Não precisamos de 10 anos para reduzir e acabar com o desmatamento ilegal', afirma.

O plano de redução de gases de efeito estufa (GEE) em 43% foi antecipado em cinco anos de 2030 para 2025. A proposta faz parte do Projeto de Lei 1539/2021 aprovado pelo Senado Federal nessa quarta-feira (20) e que agora segue para análise da Câmara dos Deputados.

Entre os objetivos da proposta está sinalizar à União Europeia o compromisso do Brasil de cumprir as metas climáticas, além de preservar o meio ambiente. Para a autora do PL, a senadora Kátia Abreu (PP-TO), cinco anos é tempo suficiente para o Brasil atender a esse compromisso.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog A CRÍTICA

O Projeto de Lei 1539/2021 foi aprovado no Senado e agora será analisado pela Câmara dos Deputados

A meta de reduzir os gases de efeito estufa (GEE) em 43% foi antecipada em cinco anos: de 2030 para 2025. A proposta faz parte do Projeto de Lei 1539/2021 aprovado pelo Senado Federal nessa quarta-feira (20) e que agora segue para análise da Câmara dos Deputados.

Entre os objetivos da proposta está sinalizar à União Europeia o compromisso do Brasil de cumprir as metas climáticas, além de preservar o meio ambiente. Para a autora do PL, a senadora Kátia Abreu (PP-TO), cinco anos é tempo suficiente para o Brasil atender a esse compromisso.

'Porque todos os outros países do mundo, para reduzir 50% até 2030, vão ter que fazer um esforço e um sacrifício sobre-humano. Ainda fico pensando se irão alcançar. Não porque não queiram, mas eles têm que mudar a matriz energética. Eles usam a matriz suja. Não precisamos de 10 anos para reduzir e acabar com o desmatamento ilegal',

destaca.

De acordo com o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), o Brasil está entre os dez países que mais emitem CO² (dióxido de carbono ou gás carbônico) na atmosfera. No entanto, o país responde por apenas 3% das emissões do planeta. Mesmo assim, os setores econômicos sinalizam para se comprometer com a redução das emissões desses gases.

Na agropecuária, a meta brasileira é ampliar as áreas sustentáveis na próxima década para diminuir em mais de 1 bilhão de toneladas a emissão de gases de efeito estufa (GEE). Já no setor industrial, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) entregou a representantes do Governo Federal propostas para o Brasil levar à Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP26), que ocorre entre 31 de outubro e 12 de novembro, em Glasgow, na Escócia.

Carbono neutro

Para cumprir esse objetivo, uma das alternativas é o chamado carbono neutro. Mas, afinal, o que isso significa?

Na prática, trata-se de um cálculo do total das emissões de gases de uma atividade e, em seguida, é feita a compensação dessa quantidade de CO² por meio de uma possível redução e balanceamento do restante das emissões. Isso pode se dar, por exemplo, pela compra de créditos de carbono em mercados voluntários ou com a recuperação de áreas degradadas.

Quem já mostrou atuação nesse sentido foi a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (**Embrapa**). Segundo o chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da **Embrapa Pecuária Sudeste**, Alexandre Berndt, a estratégia adotada reduz, significativamente, a emissão de carbono por meio da produção de leite.

'Toda a agropecuária brasileira emite 1% dos gases de efeito estufa do mundo. O que veremos de leite de baixo carbono e outros produtos visam reduzir essa taxa da emissão global. Financiamentos verdes, investimentos em ESG [Governança Ambiental, Social e Corporativa] e os pagamentos por serviços ambientais devem potencializar a adição desses sistemas de baixo carbono', disse.

O projeto adota protocolos por bioma e por sistema de produção. Os dados servirão de base para o desenvolvimento de uma calculadora de balanço dos gases de efeito estufa (GEE) e um sistema digital de monitoramento por meio de aplicativo. Os indicadores utilizados no protocolo serão validados em escala experimental na **Embrapa Pecuária Sudeste** e em escala comercial em propriedades fornecedoras de leite nas diferentes regiões.

Além do leite, a **Embrapa** exerce essa compensação na produção de soja e de carne bovina. Neste último caso, o intuito é garantir que os animais que deram origem ao produto tiveram as emissões de metano compensadas ao longo do processo de produção pelo crescimento de árvores.

O assunto foi tema de discussão na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. Durante audiência pública realizada nesta segunda-feira (18). Na ocasião, o deputado federal Christino Aureo (PP-RJ) ressaltou a importância da produção com a utilização de baixo carbono. Nesse sentido, ele defendeu que o parlamento brasileiro busque alternativas que ajudem no investimento de pesquisas sustentáveis.

'A melhor resposta é essa base da ciência que vimos descrita aqui. Quero aproveitar e deixar registrada a necessidade de nossos pares compreendam que o orçamento é a forma mais objetiva de prestarmos nossa homenagem à pesquisa e à ciência', destacou.

Outros setores

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também mostrou interesse na produção sustentável. Nesta semana, a entidade entregou a representantes do governo federal propostas para o Brasil levar à Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP26), que ocorre entre 31 de outubro e 12 de novembro, em Glasgow, na Escócia.

O documento entregue pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao governo para o Brasil levar à COP26 apresenta propostas para negociações em três frentes: finalização do Livro de Regras, com foco no Artigo 6, que estabelecerá o mercado global de carbono; mobilização de financiamento climático e transferência de tecnologia; e adaptação à mudança climática.

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, disse que esta década é decisiva para a questão climática e é urgente que países, empresas e sociedade executem ações que evitem impactos mais severos no aquecimento global.

'Embora já seja responsável por uma baixa intensidade de emissão de carbono, a indústria brasileira entende a relevância do seu papel nessa agenda internacional. Por isso, está agindo para reduzir emissões de gases de efeito estufa e zerar o balanço de carbono', afirma.

A empresa Vale também tem atuado no sentido de promover políticas sustentáveis. A companhia investirá até US\$ 6 bilhões para reduzir em 33% suas emissões de carbono diretas e indiretas até 2030, ou seja, aquelas sob a responsabilidade da empresa. A Vale se comprometeu, ainda, a cortar em 15% das emissões da sua cadeia de valor até 2035.

Fonte: Brasil 61

Assuntos e Palavras-Chave: Matérias com Citação da Embrapa - Embrapa, Embrapa Pecuária Sudeste